

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**Unidade Universitária de Goiânia**  
**Faculdade de Educação Física FEF/GO**

Juliane Vieira de Souza Santos

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO  
FÍSICA NO MUNICÍPIO DA CIDADE DE GOIÁS**

GOIÂNIA – GO

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**  
**Unidade Universitária de Goiânia**  
**Faculdade de Educação Física FEF/GO**

Juliane Vieira de Souza Santos

**A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO  
FÍSICA NO MUNICÍPIO DA CIDADE DE GOIÁS**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás – UFG/FEF sob a orientação do professor Me. Sérgio de Almeida Moura

GOIÂNIA – GO

2013

Juliane Vieira de Souza Santos

## **A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DA CIDADE DE GOIÁS**

Goiânia, 13 de dezembro de 2013.

### **BANCA EXAMINADORA**

Nome: Prof. Me. Sérgio de Almeida Moura  
Instituição: Universidade Federal de Goiás – UFG  
Assinatura:

Nome: Keila Camilo Borges  
Instituição: Universidade Federal de Goiás – UFG  
Assinatura:

Nome: Natália Madeco Nunes  
Instituição: Universidade Federal de Goiás – UFG  
Assinatura:

Este trabalho exigiu não só um esforço individual, mas o esforço e a compreensão de outras pessoas. Assim, o dedico a todas as pessoas que de alguma forma se envolveram na sua elaboração.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, por terem dado os encaminhamentos iniciais aos meus estudos.

A minha mãe, Regina, a quem muito torceu por mim em todo o processo e me socorreu nos afazeres domésticos e comidinhas aos finais de semana para que não me preocupasse com mais nada além dos estudos.

Ao meu orientador professor Me. Sérgio de Almeida Moura, por se dispor a me orientar na elaboração deste trabalho.

Aos professores formadores e orientadores da FEF que tanto contribuíram em minha formação com o conhecimento que pacientemente me passaram.

A orientadora da disciplina de estágio I, II e III, Giannandréa Darques com quem mais tempo convivemos e que aprendi muito e torceu por mim.

Agradeço de maneira muito especial, a meu esposo, José Maria, que esteve presente na elaboração de todo este trabalho demonstrando paciência e compreensão nos meus momentos de crise.

“A escola então seria um morno oceano onde se mergulha para conhecer. Como não se chega vazio, este mergulho não é cego...ele é parte de um impulso humano para aprender, ampliando o horizonte do aluno para coisas, lugares e saberes que ele não atingiria sem ela”  
(SOARES, 1996, p.6)

## RESUMO

Este estudo vem situar uma discussão acerca do planejamento em escolas públicas no município da Cidade de Goiás. Para tanto, inicialmente, são feitas considerações acerca da função da escola, sua relação com a política, o que é ser professor, a importância do planejamento para a organização do trabalho do professor, da prática pedagógica e da organização do trabalho pedagógico como um todo nas escolas. O planejamento é o ponto central dessa pesquisa situando-o como principal fator para a organização do trabalho pedagógico capaz de auxiliar a prática docente com qualidade e legitimidade. A partir de uma pesquisa de caráter qualitativo com coleta de dados via entrevista, observação das aulas e análise do planejamento e Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas é posto em cena a prática dos professores como forma de legitimar com clareza a educação física na escola objetivando formar cidadãos críticos, criativos e reflexivos, conscientes de seu papel na sociedade.

Palavras chave: Educação, Educação Física, professor, planejamento docente, prática pedagógica.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPITULO I .....	12
ESCOLA: PARA QUE SERVE? QUAL SUA FUNÇÃO?.....	12
1.1 A Educação e a Política.....	13
1.2 Educação versus Dominação .....	16
CAPITULO II .....	19
SER PROFESSOR – DEMANDAS DA PROFISSÃO DOCENTE .....	19
CAPITULO III .....	28
DEFINIÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE .....	28
3.1 Planejamento: o que é e para que serve .....	28
3.2 Educação Física: Prática Pedagógica .....	30
3.3 A Organização do Trabalho Pedagógico .....	31
CAPITULO IV .....	37
APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....	37
4.1 Caracterização do Trabalho Docente .....	38
4.2 Planejamento Docente .....	41
4.3 Prática Pedagógica .....	43
CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS .....	48
REFERÊNCIAS .....	51
ANEXO I .....	56



## INTRODUÇÃO

Pensar a educação física escolar atualmente significa pensar em todos os elementos que a compõem de forma ampla e/ou restrita, quais sejam: o projeto político pedagógico, as políticas educacionais, o currículo, o conteúdo de ensino, o planejamento, a didática, a gestão escolar, entre outros. Mas, primeiramente é necessário olhar para o caminho percorrido tanto da escola como da educação física para se descobrir como chegou até aqui, o que mudou, se mudou e o que carrega de novo.

Os principais elementos que marcaram a história da EF foram: a Revolução Industrial – diante da necessidade de um homem forte, saudável e ágil para trabalhar na indústria; a ditadura do Estado Novo – métodos militares trazidos para a escola em que a disciplina, a hierarquia, a obediência e a submissão eram o foco; o Pós Segunda Guerra Mundial – influência europeia do esporte de rendimento; os Movimentos Renovadores (Psicomotricidade, Humanista, EPT). Cada um deles trouxe consigo uma necessidade diferente na atuação da educação física escolar mudando a forma de se ver e praticar tal modalidade hoje disciplina escolar.

Inicialmente apresentaremos as leituras das bibliografias que darão suporte teórico para as observações, em seguida as entrevistas, a análise dos documentos e a finalização da argumentação. Deve-se ficar claro a importância da etapa das leituras para a análise documental, pois teoria é o conhecimento que interfere na forma de elaborarmos a(s) prática(s). As teorias são fundamentais para ver, interpretar e fazer avançar o conhecimento. Com a teoria podemos compreender o mundo, agir de forma adequada e transformar a realidade. Mas ela só será relevante se nos ajudar a agir de forma sensata, inteligente e transformadora.

Este estudo se justifica pela preponderância de mudanças na forma de se pensar-fazer-refletir a educação física na escola, e para isso o que primeiramente deve ser feito é “limpar” a visão dos educadores. É preciso fazer-lhes refletir sobre o seu papel como professor de educação física, que tipo de ser humano quer formar e quais são suas possibilidades de intervenção na formação de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

O tempo e o lugar da didática da educação física deve sempre dialogar com a organização do trabalho pedagógico na escola, com a teoria pedagógica, o

planejamento, os objetivos, a fim de superar visões elitistas, tecnicistas e excludentes da prática escolar. Tendo a avaliação

Não como um meio de medir, comparar, classificar e selecionar, mas fazer com que ela sirva de referência para a análise da aproximação ou distanciamento do eixo curricular que norteia o projeto pedagógico da escola (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.81).

Assim fica a pergunta diante do cenário atual: Quais as concepções de homem, mundo e sociedade dos professores? Como os professores têm conduzido suas aulas? Quais finalidades entendem ter seu trabalho? As respostas a estas questões e outras perguntas surgiram e foram dadas com o decorrer das observações, com a entrevista, e em suas devidas análises.

Tendo como tema central o planejamento constata-se que os docentes enfrentam dificuldades em organizar, sistematizar e aplicar suas propostas de trabalho devido a vários fatores como o descaso político e a desinformação a respeito do ato de planejar. Diante deste contexto, com o intuito de buscar compreender parte da realidade, surge o questionamento acerca de como tem se dado a organização do trabalho pedagógico na educação física escolar sustentado por professores de educação física de escolas públicas no município da Cidade de Goiás.

Para tentar responder tal questionamento este trabalho, de forma gradativa, constrói-se pouco a pouco delineando em seus capítulos pontos essenciais que se inter-relacionam dando base para se pensar de forma ampla a importância e a estruturação da organização do trabalho pedagógico na educação física escolar.

Sendo assim, no capítulo I discute-se sobre a escola, qual sua função e para quê ela serve, levanta-se a questão sobre a que interesses ela serve, sua relação com a política, que mudam a forma de ver o ser humano e de organizar o trabalho pedagógico.

Já no capítulo II levanta-se a questão de ser professor, a legitimidade da profissão, qual sua função dentro do ambiente escolar, lembrando que o professor é o principal agente na formação do sujeito e sua visão à forma como organiza seu

trabalho deixa claro se quer formar súditos ou cidadãos, para manter a dominação ou transformar a sociedade.

Julga-se nesse caso, a necessidade de que o professor assuma uma postura crítica diante de seu trabalho visando à transformação e superação do sistema capitalista que domina e escraviza a sociedade.

No capítulo III, sedimenta-se o debate acerca do planejamento, sua função, sua importância. Como deve ser uma prática pedagógica consistente e coesa que faça a diferença na organização do trabalho pedagógico, que supere o tradicionalismo e mude os rumos da escola e da sociedade.

Quanto ao capítulo IV situa-se a análise dos dados da pesquisa realizada com os professores de educação física nas escolas públicas no município da Cidade de Goiás. Abordam-se aqui os limites e possibilidades das concepções dos professores acerca da organização do trabalho pedagógico e da prática.

Enfim, objetiva-se com este trabalho contribuir para uma melhoria significativa da prática pedagógica em educação física provocando uma ampliação na visão de mundo dos educadores que, por sua vez, pode interferir na visão de mundo dos estudantes nas escolas, acerca das várias questões que envolvem a escola, a profissão, o corpo, as relações humanas e a sociedade. Ampliando a visão acerca dos vários elementos e possibilidades da educação física através da prática do planejamento, apesar de todas as limitações que certamente existem.

## CAPITULO I

### ESCOLA: PARA QUE SERVE? QUAL SUA FUNÇÃO?

A espécie humana continua a existir pela transmissão que seus membros mais velhos fazem aos outros membros das ações humanas, dos conhecimentos, dos valores, da cultura, numa busca pela perpetuação do grupo de forma diferenciada em relação a comunidades distintas entre si.

“A existência da escola cumpre um objetivo antropológico muito importante: garantir a continuidade da espécie, socializando para as novas gerações as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade”. (LIMA, 2008, p.17)

Com a evolução cultural do ser humano, marcado pela invenção de sistemas simbólicos, foi necessário introduzir novas atividades que garantissem a transmissão desses novos saberes. De início na esfera familiar e mais tarde nas reuniões de cunho místico-religioso, percebeu-se a necessidade de um tempo e espaço no cotidiano para o encontro das gerações que pudesse repassar esses conhecimentos de uma maneira que não interrompesse o perfeito desenrolar das atividades dos adultos considerados já preparados para o convívio pleno no grupo. Esse foi o motivo pelo qual a escola surgiu.

“A escola foi criada, assim, há cerca de 4500 anos, no momento histórico da invenção da escrita e da matemática, do desenvolvimento da geometria e da expansão de certas práticas artísticas”. (LIMA, 2008, p.17)

A escola hoje chamada moderna nasceu sob inspiração liberal-burguesa e assemelha-se muito à linha de produção em série da indústria capitalista. Com o processo de industrialização a escola tornou-se necessária para capacitar a massa populacional para o trabalho, negando o conhecimento e favorecendo a apreensão de um tipo padronizado de cultura, arte, música, esporte, visão de mundo. E ainda, convencendo tal público de que o processo de seleção é justo e normal, assim como a divisão dos que pensam e dos que executam. (MOURA, 2012)

Diante do cenário atual podemos então perguntar: para quem serve a escola se grande parte das pessoas não chegam ao ensino superior além de não conseguirem trabalhar? Sem formação superior as grandes empresas podem pagar menos por

trabalhadores pouco qualificados e conseqüentemente lucrar mais. Por isso, a escola na verdade criou pessoas padronizadas que anseiam constantemente consumir com necessidade de poder e ter algo a qualquer custo.

A função da escola é realizar a atualização histórica e cultural do homem na sociedade, para que a atual geração e as futuras possam usufruir das riquezas naturais e culturais do mundo (MOURA, 2012). Será que tem cumprido com sua função, ou estamos diante de uma geração de analfabetos funcionais? Soares (1998) responde falando sobre a função da escola:

Papel da escola, da metodologia do ensino, do planejamento do ensino, do planejamento: organizar criativamente o conhecimento a ser tratado no tempo... produzir desafios com este desconhecido, arrancar alegria a cada conquista. (SOARES, 1998, p.6)

E de tal maneira se desponta no horizonte real da educação um novo enigma que desafia e ameaça 'devorar' os professores: ensinar e aprender seria de fato prazeroso ou tal doutrina hedonista nada mais é que um engodo que nos leva a protelar cada vez mais a necessidade urgente de se fazer um ambiente escolar que consiga conciliar entre o concreto e o abstrato do cotidiano social dos educandos? Uma fórmula ainda a ser estruturada.

## **1.1 A Educação e a Política**

Em nenhum momento da história brasileira pode-se afirmar que a dita 'educação para todos' foi criada com a intenção de cidadania e democracia, salvo o projeto utópico das missões jesuítas, que tentavam levar às populações nativas uma mescla de conhecimento erudito e práticas profissionais, porém duramente interrompido pelos poderes governamentais.

Desde o período imperial, na sua Constituição de artigo 179 que garantia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, assim como colégios e universidades, tratava-se apenas de uma estratégia que objetivava a hegemonia e controle social para privilegiar o topo da pirâmide (Constituição de 1824, artigo 179, apud AZEVEDO, 2001, p.18). Visava-se não a escolaridade das massas, mas a qualificação de sua força de trabalho para mão de obra barata, consumidores (aqui na melhor expressão do termo popular inglês abolicionista, do século XIX, "Morre o escravo, e nasce o consumidor") e imposição da cultura dominante. Em suma, uma

forma de intervenção do Estado com vista a assegurar a dominação política e a manutenção do processo de acumulação do capital.

A política educacional brasileira sempre teve, desde os primórdios da nossa colonização, características de dualidade e seletividade. A escola não poderia gerar deslocamentos sociais, por isso, desde o princípio foi pensado dois modelos educacionais distintos: um acadêmico destinado à classe burguesa dominante e outro primário seguido de cursos profissionalizantes, destinado às classes menos privilegiadas. Nosso modelo educacional nada mais era do que uma cópia dos modelos já existentes na Europa. (AZEVEDO, 2001)

Segundo Azevedo (2001) a partir da Primeira Guerra Mundial, envolta pelo movimento nacionalista e pela industrialização, desencadeou-se uma luta pela reestruturação do poder político e pela universalização do ensino primário cobrando ações para estabelecer uma política nacional de educação.

As classes médias decidem por articular junto ao poder central, os interesses educacionais das classes populares, com o intuito de obter poder político e garantir os interesses do grupo privilegiado economicamente. Viam na educação uma forma de sanear moralmente a nação e acabar com as taxas de analfabetismo que segundo eles era a causa de todos os males que afetavam as massas (AZEVEDO, 2001). Os militares também faziam parte desse grupo com o mesmo objetivo das classes médias urbanas: educar as massas para que se tornassem fonte de votos, cabos eleitorais de novos grupos no poder; mas este poder só deveria ser exercido pela elite, pois o povo era só o curral eleitoral para elegê-los.

A Liga da Defesa Nacional, criada em 1915 propunha como 'remédio', para curar a incapacidade do povo, torná-los conscientes cívicos e adestrados para o trabalho.

O sistema capitalista vê a educação como forma de qualificação da força de trabalho, requisito para a formação de um mercado consumidor e para o exercício dos direitos políticos. O capitalismo quando olha para a sociedade enxerga mão de obra barata e um reduto eleitoral que garanta o interesse da classe dominante juntamente com o capital. Mesmo diante de leis criadas para garantir ao povo o direito a educação, o Estado ainda não priorizou a escolarização básica como deveria, assim como sua evolução não caminha junto ao avanço tecnológico. (DEMO, 1994)

A consciência de que a precariedade da escola oferecida às crianças das classes populares não garante mais nem mesmo alguma capacidade de ler e escrever tornou-se domínio público. A cada publicação de resultados de pesquisas dos níveis de aprendizagem das matérias escolares de alunos da rede pública brasileira dos ensinos Fundamental e Médio se confirma o desastre e surgem editoriais e reportagens na mídia que denunciam o estado de coisas vigente. Usuários dessa escola, com os quais convivemos no cotidiano, referem-se com frequência a filhos ou parentes que estão nas últimas séries do Ensino Fundamental ou mesmo no Ensino Médio que mal conseguem ler. Alunos e ex-alunos do Ensino Médio regular ou Supletivo falam do quase nada que lhes é ou foi ensinado. Entrevistados sobre o assunto, políticos e especialistas, não raro responsabilizam usuários e professores. (BRANDÃO, 1984)

O cenário é nítido de uma política educacional pautada por disputas partidárias e interesses eleitoreiros que produzem repetida descontinuidade técnica e administrativa gerada pela sistemática destruição, a cada governo, do que foi feito pelos antecessores; sem mencionar a preocupação exclusiva pelo quantitativo de formandos, independente da qualidade destes diplomas, numa verdadeira “corrida por estatísticas” que possam significar créditos perante órgãos internacionais de fiscalização da educação que gerem verbas suntuosas para futuros investimentos na área, mas que nem sempre chegam ao seu destino final, ou seja, as escolas.

Para Libâneo (1994, p. 22) a educação,

É o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Quando se investiga um pouco mais a fundo as características sociológicas de determinados povos, em especial os de origem latina, constata-se uma impregnante herança paternalista, centralizadora, escravocrata e patrimonialista que acaba por tentar justificar o inconsciente coletivo em comunidades, como na brasileira, de total indiferença, distanciamento e mesmo de terceirização das responsabilidades sociais a pseudolideranças que em tese pretendam solucionar todos os problemas que venham a afligir o povo.

Tal cenário tradicional de conformidade é um terreno fértil para uma inevitável despolitização da educação que contribui para a perpetuação da concentração de riquezas e privilégios para grupos seletos.

De fato, quando se vislumbra até mesmo a experiência de civilizações que tenham pregado idéias democráticas ou de pretensão igualitárias, como nos casos tão distintos de Atenas e da União Soviética respectivamente, se apercebe no primeiro caso a permanência da escravidão em meio ao voto e no segundo caso a alienação estatal paralela a distribuição das propriedades; e sendo assim, surge o alerta de que o desafio de uma educação politizada vai mais além do que se pode indagar sobre o que realmente liberta o homem na busca pelo conhecimento.

## **1.2 Educação versus Dominação**

A sociedade atual vive um período em que se exige cada vez mais do indivíduo em relação a sua formação, ao mesmo tempo em que diminuem o papel do estado frente às demandas e necessidades sociais e individuais. Trabalha-se muito, se ganha pouco, e com ou sem formação superior a exploração e dominação do indivíduo é questão certa. Afirmam estar sobrando vagas de emprego, mas ninguém encontra. Estamos mesmo sem qualificação? Vivemos em meio a absurdos; na última grande crise, em 2008, os noticiários televisivos expuseram filas quilométricas de profissionais, entre eles advogados, professores, engenheiros pleiteando uma vaga de gari em São Paulo. Em balcões de lojas e supermercados também foram vistos indivíduos com formação superior em várias áreas. Impasse: falta emprego ou falta qualificação? (ANTUNES, 1999)

De fato se faz necessária uma formação que contemple as necessidades individuais e coletivas para se elaborar processos educativos emancipatórios para o indivíduo e a sociedade. Mas, para isso deve-se primeiramente compreender as consequências e implicações do neoliberalismo e da globalização para a vida social.

Sobre o neoliberalismo Duckur (2003) afirma:

O neoliberalismo, como ideologia, considera que o indivíduo é naturalmente incapaz de conhecer tudo e todos, o que o torna incapaz de compreender as necessidades da sociedade tomada em sua totalidade. Nessa perspectiva seria impossível aos indivíduos compreenderem problemas e impasses que não afetem diretamente a sua própria existência. (DUCKUR, 2003, p.24)



No Estado capitalista, o mercado tem posição de destaque na produção da dinâmica social, este define as posições e os papéis sociais que devem ser ocupados pelos indivíduos na sociedade tornando-se o eixo das relações entre indivíduos assim como a melhor forma de regulação social. (DUCKUR, 2003)

As vistas do capital e do mercado o corpo tornou-se o que você é, visto que através da aparência corporal o indivíduo adentra no espaço da vida social sendo a melhor forma encontrada pela classe dominante de manipular e empobrecer a vivência coletiva de cada um dos indivíduos conformados a esse modo de vida. (DUCKUR, 2003 p.27)

A Aldeia Global moldou uma sociedade híbrida desconectada de sua bagagem cultural local e, conseqüentemente, habitada pelos ditos “cidadãos do mundo” que se encontram desprovidos de um sentimento pátrio que os identifique em algum contexto específico e, sendo assim, estão perfeitamente conectados às tendências temporárias do mercado e livres de doutrinas tradicionais que os impeçam de serem independentes para tanto.

Com a divisão do trabalho e a crescente especialização das funções profissionais houve uma diminuição do uso das forças corporais fazendo com que se utilizassem somente certas partes do corpo do trabalhador, o corpo passa progressivamente a ser considerado somente em sua utilidade como força de trabalho. (DUCKUR, 2003)

A educação escolar assume papel primordial para tornar o indivíduo apto a entrar nas relações do mercado impondo aos sujeitos a adequação ao consumismo.

No Brasil as diretrizes emergentes e os acordos firmados na Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 fundamentaram o Plano Decenal da Educação (1993), que se apresenta como um programa de amplas reformas no campo educacional. (...) A reforma educacional brasileira, seguindo orientação e tendência internacionais, opera em dois sentidos básicos: ampliar a oferta de educação básica para todos e, ao mesmo tempo melhorar a qualidade da oferta educacional visando a conquista à equidade em matéria de educação, condição considerada fundamental para a eficiência econômica global. (DUCKUR, 2003, p.33)

Alerta-se, portanto, a um resgate de valores autossuficientes individuais que não peque contra o bem da coletividade e sim que venha a conscientizar cada cidadão pós-moderno de que ele é uma peça insubstituível para qualquer etapa do sistema social ao qual faz parte. Que se busque então desmistificar o fetiche criado

sobre as mercadorias, os bens materiais, que não façam parte do universo prático e produtivo das pessoas. Em suma, seria uma revolução das pequenas coisas ao se buscar reeducar a maneira de se ver o mundo moderno não como algo a ser temido, mas conquistado pelo domínio de todas as ações necessárias a uma plena cidadania consciente, começando pelo chão da escola.

## CAPITULO II

### SER PROFESSOR – DEMANDAS DA PROFISSÃO DOCENTE

Ainda há inviabilidades para uma plena contemplação das novas ideias que visam reformular o modus operandi da sala de aula no Brasil. Apesar da revolução didática contida nas reformas educacionais que atuam no nível da escola e em todo sistema, algumas munidas até de experiências expostas, não houve um devido bom senso e ousadia de adequação entre o universal e o in loco dentro do pouco registro de tais ações. (OLIVEIRA, 2004)

Afinal o que é ser professor? É ser poeta, palhaço, ator, transmissor de verdades e inverdades, cultivador de amor e amizades, ser convicto de erros e acertos, edificador, conhecedor das coisas da vida, construtor de seres. Deve ser criativo, alegre, resistente, com boa memória, paciente, olhar atento, orelhas biônicas, resposta exata. Pode-se dizer que ser professor é ser super homens e super mulheres, seres com cromossomos a mais que o normal.

Se aproveitando destes pré-requisitos tão exigentes e multitarefas para se ser um educador exemplar contemporâneo, a política estatal atual tem tido uma postura de “enxugamento” no quadro de profissionais em alguns seguimentos de serviços à população além da educação, o que tem se tornado uma regra. Funcionalismo polivalente, multifunção, tornou o espaço de salas de aula em extensões de consultórios, delegacias, abrigos assistenciais. Como afirma Oliveira o professor não fica de fora:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (NORONHA apud OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

A busca pela melhor fórmula de aptidão do funcionamento escolar aos moldes da flexibilização de mercado, com todos os novos dogmas sobre o espírito criativo e ação multitarefas tem encontrado entraves que dizem respeito ao paradoxo entre

teoria e prática da aplicabilidade de tais ideias no cotidiano do professorado. Tal afirmação é confirmada por Oliveira (2004):

A constatação de que as mudanças mais recentes na organização escolar apontam para uma maior flexibilidade, tanto nas estruturas curriculares quanto nos processos de avaliação, corrobora a idéia de que estamos diante de novos padrões de organização também do trabalho escolar, exigentes de novo perfil de trabalhadores docentes. Ocorre, porém, que esses novos modelos de organização escolar expressam muito mais um discurso sobre a prática do que a própria realidade, melhor dizendo, a distância entre o que é propugnado nos programas de reforma educacional e o que é de fato implementado nas escolas apresenta uma grande defasagem. Daí a importância de se chegar até o chão da escola para compreender as mudanças que de fato ocorrem no cotidiano docente e do que ele é feito. (OLIVEIRA, 2004, p. 1139)

O trabalho docente na escola é feito de ações e subjetivações. As ações se referem a singularidade do professor, com sua cultura e conhecimento. As subjetivações compõem as várias formas de dar sentido e significado às coisas. O trabalho docente não é mais compreendido apenas como atividade em sala de aula, mas também faz parte deste a gestão da escola no que se refere à dedicação ao planejamento, a elaboração de projetos, a discussão coletiva do Projeto Político Pedagógico, do currículo e da avaliação. (FIGUEIREDO et al, 2008)

De acordo com Galvão,

O professor, no desempenho de sua função, pode moldar o caráter dos jovens e, portanto, deixar marcas de grande significado nos alunos em formação. Como facilitador, deve ter conhecimentos suficientes para trabalhar tanto aspectos físicos e motores, como também os componentes sociais, culturais e psicológicos. Com o professor de Educação Física isso se torna ainda mais profundo, pois nessas aulas mais flexíveis e contato mais próximo com o professor há uma maior liberdade para que o aluno fale. (MACHADO apud GALVÃO, 2002, p.67)

Albuquerque (2010, p.62) afirma:

Além da capacidade de ensinar conhecimentos específicos, é também papel do professor transmitir, de forma consciente ou não, valores, normas, maneiras de pensar e padrões de comportamento para se viver em sociedade.

Sendo, portanto grande influenciador da formação de seus alunos na sua forma de pensar e agir na sociedade, formador de opinião.

Torna-se fundamental reconhecer que a qualidade do desempenho do professor depende de um conjunto de fatores, que incluem e vão além do conteúdo

e da didática perpassando ao envolvimento dos professores com seu trabalho, com a educação e a escola. (ZABALZA, 1998)

Na verdade o trabalho do professor de Educação Física depende primeiramente em grande parte dele mesmo, de sua disposição, criatividade, bom senso, bom humor, prazer pelo que faz, o acesso e disposição para formação continuada, estar sempre informado, motivado, trabalhando de forma a ter autoria e autonomia em sua função. (CAPARROZ E BRACHT, 2007) Em seguida, vêm os alunos (se querem ou não fazer parte daquela aula, se gostam, se valorizam, se faz sentido para eles), o valor que a equipe gestora dá àquelas aulas, assim como os outros professores. Se existe espaço físico adequado, material disponível e como as pessoas envolvidas veem aquelas aulas. O professor tem que ter consciência do quão importante é sua contribuição em tudo que diz respeito à escola. (CUNHA, 1989)

O desenvolver de um trabalho de excelência em Educação Física baseia-se em objetivos claros, em conteúdos com sequência lógica, em uma docência fundamentada que garanta um desenvolvimento profissional formativo e na gestão da escola. (GEPEF, 2008)

A educação física como parte de um currículo escolar possui uma diversidade de enfoques que vai do técnico ao cultural, exigindo do professor a capacidade de resolver problemas, “refletir sobre os objetivos e sobre os resultados de seu trabalho”. (CARREIRO DA COSTA apud GEPEF, 2008, p.3) Mas sabe-se que para a mudança em sala de aula e na escola é necessário à democratização da mesma e qualificação dos profissionais em educação, estando preparados para o trabalho em equipe numa gestão participativa.

A escola deve ser vista pelo professor como um lugar onde ele ensina e aprende, produzindo e atualizando numa reflexão partilhada que tem lugar na escola. (GEPEF, 2008) “E o professor como intelectual, capaz do pleno exercício da reflexão, precisa direcionar a natureza dos discursos que povoam a escola para a criticidade” da teoria. (GIROUX apud GEPEF, 2008, p.6)

Deixamos de lado a afirmação tão repetida de que:

A teoria na prática é outra e verificamos que embora não sejam a mesma coisa, teoria e prática são elementos indissociáveis de um único processo e que sem o recurso à teoria não poderíamos falar em uma prática coerente e consistente. (RIOS, 1992, p.73)

Quanto parte das funções do professor está o papel de contribuir na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) sendo este a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo. “O PPP é a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade”. (ANDRÉ apud CUSTÓDIO, s/d, p.3) Um projeto político pedagógico é único, diferente em cada escola porque significa o retrato e a identidade de cada escola em seu exercício de autonomia, quando democrático é capaz de reverter o travamento de diversas áreas da escola e da sociedade como um todo.

Para alicerçar essa totalidade Veiga (2002), defende que se necessita de um referencial, de uma teoria pedagógica crítica viável, que se comprometa em solucionar os problemas da educação e do ensino da escola. Assim, como também, propiciar situações que permitam os docentes a aprenderem a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma clara e coesa. Deve-se ter em mente que o PPP é parte do presente e do futuro da escola:

Ao organizar os projetos de nossas escolas, planejamos o trabalho que temos intenção de realizar, lançamo-nos para diante, olhamos para frente. Projetar-se é relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer o futuro – no presente. O futuro é o que viveremos como presente, quando ele chegar, e que está presente, no projeto que dele fazemos. (RIOS, 1992, p.74)

A escola que queremos para o futuro baseia-se nas escolhas do presente, na escola que se tem hoje, por isso a realidade deve ser considerada e confrontada entre o que queremos e o que precisamos construir.

Diante do que se observa existe uma desinformação acerca do “conceito, importância e relevância do PPP na sistematização do conhecimento e na construção do processo educativo como um todo”. (CUSTÓDIO, s/d, p.1) por conta disso, as consequências na organização do trabalho pedagógico são desastrosas, como a fragmentação do conhecimento adquirido e a formação do educando, seguida da desordem entre o que o professor faz com o PPP e a ausência de uma articulação entre currículos das diversas disciplinas escolares.

O professor de educação física que muito tem a contribuir nas questões pedagógicas está engessado numa cultura pedagógica adquirida da ‘educação do corpo’ (SOARES apud CUSTÓDIO, s/d, p. 2)

Em seu encontro com os alunos o professor tem uma tarefa específica de utilizar o tempo de interação para promover seu processo de interação. Mas, o que é processo de humanização? A humanização é o processo de desenvolvimento cultural da espécie, depende do processo histórico que passa a humanidade e do quanto um país participa do acervo de culturas, tecnologias, ciências e bens disponíveis em um dado momento. (LIMA, 2008, p.18)

Como bem afirma Lima (2008) é função da escola prover e facilitar o acesso dos indivíduos que por ela passam aos bens culturais, a ciência e a tecnologia produzidas pelo homem. O professor que já se apropriou do conhecimento formal tem a função de transmiti-lo aos seus alunos permitindo e promovendo a aprendizagem deste conhecimento. A ação pedagógica é, portanto, um momento em que o conhecimento é apropriado.

A construção do currículo também é papel do professor. Primeiramente é preciso esclarecer o que é currículo. O currículo é peça fundamental do PPP, um elemento constitutivo da organização escolar, se refere à organização do conhecimento dentro da escola. Ele expressa a cultura local e é historicamente situado, determinado e deve agrupar diferentes disciplinas. É o coração da escola, o espaço central onde os docentes atuam, sendo os mesmos responsáveis por sua elaboração. (VEIGA e RESENDE 1998)

Como bem afirma Moreira (2008) o PPP se relaciona com a função do professor quanto educador sendo, “daí a obrigação dos docentes como profissionais da educação de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos atraentes, democráticos e fecundos” (p.19). São os educadores parte fundamentais da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula.

Para uma prática educativa emancipadora, é preciso ter clara a distinção entre cidadania e emancipação, pois não basta desejar mudar o mundo, é preciso ter conhecimento desse mundo, do processo histórico da prática pedagógica educativa. É preciso observar que não se deve atribuir responsabilidade que não são próprias da educação, sem apropriação dos saberes não há como o indivíduo se humanizar. É essencial que se desperte e fundamente a consciência do indivíduo para que ocorra uma transformação social. (SANTOS, 2010)

O trabalho docente contribui na Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) de forma a dar a este subjetivação, singularidade apoiados na cultura e personalidade de cada um. Fazendo deste algo não mais totalmente padronizado,

pronto e acabado, robótico e manipulado, mas sim um instrumento particular daquela escola, com a cara da escola, que abrange a singularidade e realidade local. Vendo cada docente como protagonista, não como mais um ator, no seu cotidiano escolar. (SOUZA-PETINELLI, 2006)

Mas, não podemos falar do trabalho do professor sem situá-lo na sociedade e sua organização. De acordo com Freitas (1995) o trabalho na sociedade moderna está dividido em duas categorias: o intelectual e o manual. O trabalho intelectual é o que se apropria do conhecimento, fazendo com que se valorize e se acumule o capital. O trabalho manual expõe os operários a pouca instrução e a trabalhos mecânicos para alimentar o capital, que o trabalhador só vê no processo de produção, mas não se enxerga nesse processo. Essa divisão do trabalho está diretamente ligada com a organização social, e isso define que organização a escola terá.

Para o professor é uma situação complicada, pois o trabalho material foi trocado pelo seu verbalismo. O professor tem consciência de que os alunos não se relacionam da mesma maneira com o saber, assim como o professor acaba por não se relacionar da mesma maneira com todos os alunos. Tendendo assim, a prevalecer à relação do professor com o aluno burguês e os interesses dessa classe social, fazendo com que o professor tenha o papel de alienar os alunos do trabalho material. (FREITAS, 1995)

Para amenizar essa diferenciação o professor deve estar a serviço de todos, não de uma única classe social, tentando unir teoria e prática pelo menos o que entender. Para o equilíbrio de trabalho material e intelectual é preciso uma junção de teoria e prática, exigindo-se para isso interdisciplinaridade. Aplicar a teoria de forma útil com autoria, para que seja entendida como produção real, resultado de uma teoria que é socialmente útil na prática. (FREITAS, 1995)

A autoria docente tem a finalidade de ampliar os conhecimentos adquiridos, vai além da simples teoria, ela abraça a vivência do professor como aluno, como ser humano dotado de experiências, história de vida; sua vivência com outros professores, com os alunos em sua prática profissional cotidiana. O professor toma posse de todos os conhecimentos que ele adquiriu vivendo ou pesquisando e soma-se a isso a aplicação, opinião, legitimidade e identidade que o professor dá a tais conhecimentos formando assim sua atuação docente. Atuação esta que é injetada na organização do trabalho pedagógico da escola dando a esta a autoria-identidade



de cada um que faz parte da construção desta organização. (CAPARROZ e BRACHT, 2007)

Vários fatores podem influenciar nossa prática docente, alguns de maneira positiva e outros de maneira negativa, devemos estar atentos a cada uma dessas influências para que possamos mediá-las. É necessário que o educador se reconheça como um intelectual, que busque em suas atividades um fazer crítico reflexivo, que reflita sempre sobre suas práticas para constantemente reconstruí-las e atualizá-las, que consiga transmitir conhecimento que vise à emancipação do aluno, e que seja capaz de se humanizar e evoluir cada dia mais como um humano genérico. O professor deve se reconhecer como um intelectual capaz de contribuir para a transformação.

Temos que ter em mente que sem docentes as mudanças educacionais não são possíveis, pois são eles os responsáveis por formar cidadãos autônomos, críticos, conscientes de seu papel na sociedade. Essa é a finalidade da escola. Mas para isso o professor precisa ter consciência de si mesmo e de seu papel na escola e na vida.

Os cursos de educação física tem dado bastante ênfase na teoria dos diversos conteúdos e tem falhado na prática. Muitas são as dúvidas e preocupações de recém-formados sobre “o que ensinar, como ensinar e para quem ensinar” (CAPARROZ E BRACHT, 2007, p.22), daí surge o questionamento sobre: qual o lugar da didática na educação física?

No final dos anos 70 e início dos 80 inicia-se um movimento em educação no Brasil contra essa redução do pedagógico ao didático, que nada mais é do que uma maneira de reproduzir as relações sociais capitalistas. Surge assim uma nova forma de se ver e fazer a educação física escolar, (re) significando a didática no campo da educação física, agora crítica e reflexiva no teórico e prático. (CAPARROZ e BRACHT, 2007)

Um dos pontos que dificultam uma (re) significação da didática é o fato de se acreditarem que a teoria não serve por não funcionar na prática. É certo que a teoria na prática é outra, pois o correto é que o docente saiba e compreenda a prática e junte a ela sua experiência, sua autonomia e reflexões sendo o autor de sua prática.

Sobre o assunto Caparroz e Bracht (2007, p. 27) expressam sua vasta experiência:

(...) Entendemos que o professor não deve aplicar teoria na prática e sim, (re) construir (reinventar) sua prática com referência em ações/experiências em reflexões teóricas. É fundamental que essa apropriação de teorias se dê de forma autônoma e crítica, portanto, como ação de um sujeito, de um autor.

Espera-se que a teoria seja lógica e coerente, diferente da prática que é repleta de semelhanças e irracionalidades. Portanto, como docentes nossa relação com a teoria precisa ser mediada. Entendendo que não existem verdades absolutas e incontestáveis nem modelos ideais, o trabalho docente precisa estar em constante (re) construção e criação, planejando aulas diferentes para turmas e realidades diferentes. (CAPARROZ e BRACHT, 2007)

“O tempo e o lugar de uma didática da educação física passam a ter sentido quando o docente usa de sua autonomia e autoridade para desenvolver sua prática docente que é fruto de sua autoria” (CAPARROZ e BRACHT, 2007, p. 30).

Tal autoridade acima citada não se refere a autoritarismo, mas a uma segurança e competência profissional que a qualifique. A autoria vincula-se a um exercício constante de reflexão sobre a prática pedagógica do docente que somente se aprende vivendo. A autonomia se busca quando se pode escolher e construir sua prática pedagógica não se permitindo somente aplicar algo elaborado por outros. (CAPARROZ e BRACHT, 2007)

O profissional de educação física tem seu papel na organização no mundo do trabalho, ensinando e treinando habilidades. Contêm seus próprios interesses e é carregado por disputas de tipos políticos, teóricos e instrumentais. Uma educação nunca é neutra, somos indivíduos políticos e devemos defender conscientemente nosso projeto de educação e sociedade ajudando os educandos a compreender a dinâmica social. Sem jamais se esquecer de contribuir para amenizar as diferenças sociais em busca de uma sociedade humana e democrática. (CAPARROZ e BRACHT, 2007)

A educação física é uma prática política ausente de qualquer tipo de neutralidade científica e ideológica. A todo o momento reflete, conscientemente ou não, concepções que simbolicamente foram criadas e estruturadas para sustentar um determinado modelo de sociedade. (PALAFOX, 2004, p.7)

Devido ao livre mercado, a competitividade e as mudanças no mundo do trabalho cria-se a Lei nº 9696/98 que regulamenta a profissão em detrimento dos espaços públicos, o profissional de educação física passa então de “professor

categoria para profissional indivíduo podendo atuar na escola e fora dela como profissional liberal” (SILVA, 2004). O fato dos professores de educação física passarem a ser profissionais individualizados causou impactos em sua organização coletiva na escola como professor categoria na luta por uma educação de qualidade e condições dignas de trabalho. (PALAFOX, 2004)

## CAPITULO III

### DEFINIÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

#### 3.1 Planejamento: o que é e para quê serve

Planejar é parte importante para a conquista da democratização do Ensino Público e recuperá-lo na prática social docente torna-se fundamental. Reduzido a uma atividade mecânica e padronizada, o planejamento docente atual resume-se em objetivos gerais e específicos, conteúdos, estratégias e avaliação, sendo o mesmo a todo ano letivo. Mas afinal, o que é planejamento? Qual a diferença entre este e o plano de ensino? (FUSARI, 1998).

Segundo Saviani citado por Fusari (1998, p.45) o planejamento deve ser realizado e vivenciado no cotidiano escolar como um processo de reflexão pensado de forma 'radical, rigorosa e de conjunto' junto aos limites e possibilidades da educação escolar.

O educador deve ter em mente o que comenta Fusari (1998, p. 45) "O planejamento, nesta perspectiva, é acima de tudo, uma atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente". Já o plano de ensino é elaborado de acordo com a disciplina específica do docente para orientá-lo em seu trabalho ao longo do ano letivo tendo o mínimo de preparo.

Os planos de ensino de cada disciplina curricular são concebidos anualmente, é como um roteiro a ser seguido pelo docente, mas tal processo burocrático não exime de forma alguma a tarefa de planejar cada aula, para cada turma de forma singular deixando claro para si quem são os alunos e o que se pretende com o conteúdo. (GOIÁS, SEE, 2013)

Diante da realidade atual para se efetivar a mudança no trabalho docente é necessário rever o processo de formação dos professores nos cursos superiores de licenciatura, implantar cursos de formação continuada e melhorar as condições de trabalho para esses profissionais em que as horas atividades sejam realizadas coletivamente no ambiente escolar. (FUSARI, 1998)

A elaboração e execução dos planos de ensino dependem da forma como o educador vê o mundo em que vive como ele deseja que seja tal mundo e que tipo de

ser humano ele anseia formar como educador, súditos ou cidadãos. Em suma, deve-se perceber que o planejamento é um dos meios para se efetivar a transformação da escola que queremos.

Ao observar a prática pedagógica dos professores na escola, Muñoz Palafox (2004) observa que muitos deles não utilizam nenhuma das abordagens de ensino e de planejamento existentes. A formação inicial precária, ausência de formação continuada, a desmotivação e a falta de material pedagógico torna a prática ainda mais difícil.

O planejamento é considerado uma manifestação da prática social, inseparável da totalidade do contexto em que está inserida. Por esse motivo, cumpre a essa dimensão do trabalho docente uma função histórico-política. (PALAFOX, 2004, p.115)

O planejamento coletivo do trabalho pedagógico (PCTP) objetiva uma relação dialética entre teoria e prática visando à transformação político-pedagógica do processo de intervenção dos professores de educação física no contexto escolar. (PALAFOX, 2004)

Palafox (2004) em sua experiência com professores de Uberlândia sugere modos de intervenção para viabilizar uma proposta curricular de educação física escolar: criação de calendário anual de eventos; construir uma proposta curricular de ensino para reorientar os professores a respeito das políticas cultural e identitária da área; construção coletiva de estratégias de ensino orientadas para intervir e avaliar criticamente no cotidiano escolar; criação de espaços alternativos de trabalho e estudo objetivando torná-los pesquisadores em ação.

Ao planejar seu trabalho docente o professor assegura racionalmente, a coordenação e a organização evitando a improvisação e o 'rola bola' tão comuns na atualidade. Quando o docente planeja suas aulas incorpora nelas significados políticos, econômicos, sociais e culturais envoltos por reflexões constantes sobre o processo de ensino e do que se ensina se não o faz acaba por conformar-se e repassar interesses da classe dominante. (SILVA, 2004).

Assim, Veiga e Rezende (1998) afirmam a importância do planejamento em que o planejamento escolar com a participação coletiva aliada a comunidade e aos atores da escola torna-se um espaço de articulação e lutas para reivindicar e defender o direito de uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos, tanto em estrutura como em valorização dos profissionais, mas, tal discurso pouco tem se efetivado na prática pedagógica, isso quando passa do papel.

Como parte primordial do processo pedagógico deve haver sempre reflexões de como e para quem ensinar, onde o primeiro passo é o planejamento e a organização do conhecimento a ser ensinado. Devendo sempre partir da prática inicial que diagnostica os sujeitos com suas potencialidades, seus limites e sua história, possibilitando também perspectivar o futuro através do planejamento.

Não se pode acreditar que se resolverá o problema da intensificação do trabalho docente ofertando a mesma aula a todas as turmas, é preciso ter claro que “não devemos basear nossa prática pedagógica em certezas, em modelos ideais, em receitas universais, enfim em verdades absolutas”. (CAPARROZ e BRACHT, 2007, p.29).

O trabalho docente clama continuamente por um labor criativo e por uma intervenção crítica e contextual do professor de educação física na escola, no sentido de materializar uma prática com uma nova proposta que forme outro tipo de homem e de sociedade. Para Bracht e Caparroz (2007, p.29), “A realidade que a prática expressa deve alimentar a didática por meio da reflexão num contínuo exercício de prática-reflexão-prática e não o contrário”.

### **3.2 Educação Física: Prática Pedagógica**

Para o Coletivo de Autores (1992, p.50) assim como para Caparroz (2005), uma prática pedagógica surge de necessidades sociais concretas. Estes autores defendem a educação física como “uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”.

(...) Desde o fim da década de 70, mas que teve seu auge em início da década de 80, ou quase exclusividade, à esportivização dada a seus objetivos, conteúdos, métodos e avaliações em anos anteriores. É importante também lembrar que tal movimento de crítica não é circunscrito apenas a educação física, mas sim reflexo e continuidade de um fenômeno maior que é a trajetória da educação escolar e, mais ainda, do próprio “desenvolvimento” da sociedade na construção de uma redemocratização do país”. (SOUZA JUNIOR, 2001, p. 2)

Souza Junior (2001) comenta o que entendem sobre o assunto,

Prática pedagógica como uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática e que é orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, na qual uma dimensão ideal formula anseios em que estão presentes a subjetividade humana e uma

dimensão material constituída pelo conjunto de meios e instrumentos com os quais se exerce a ação. (VASQUEZ apud SOUZA JUNIOR, 2001, p.5)

(...) A prática é a própria ação guiada e mediada pela teoria. A prática tem que valer como compreensão teórica. Dessa forma, a teoria responde às inquietações, indagações da prática. E sem essas inquietações, indagações não haveria teoria. A teoria tornar-se-ia estéril e sem significado. (VEIGA apud SOUZA JUNIOR, 2001, p. 5)

Assim deve-se admitir e reconhecer que a prática pedagógica não deve existir sem suas influências histórico-sociais e as relações entre seus determinantes internos não aparecendo de forma isolada exercendo influências mútuas ao mesmo tempo e intensidade como bem afirma Veiga (1989).

Para Bracht (1992):

A educação física é antes de tudo uma prática pedagógica que, como toda prática social, não é obviamente destituída de pensamento (...) a educação física é uma prática social de intervenção imediata, e não uma prática social cuja característica seja explicar ou compreender um determinado fenômeno social ou determinada parte do real. (BRACHT, 1992, p.35)

A educação física é uma prática pedagógica mesmo que em diferentes tempos e espaços sociais, inclusive para além da escola.

### **3.3 A Organização do Trabalho Pedagógico**

Quando com olhares atentos observa-se as aulas da tão querida disciplina Educação Física na escola, percebemos que a mesma não é uma ciência prática. Teoria e prática não caminham juntas, pois não existe prática sem fundamentação teórica. Mas, o que é teoria? (FREITAS, 1995)

Teoria sugere ‘princípios norteadores’ que estão sujeitos a uma revisão constante, em virtude do próprio avanço da ciência pedagógica. Teoria é uma atividade que “deve compreender não só a descrição de certo conjunto de fatos, mas, também, sua explicação, o descobrimento de leis a que eles estão subordinados” (KOPNIN apud FREITAS, 1995, p. 92)

Uma teoria educacional discute o projeto histórico as relações entre educação e sociedade em seu desenvolvimento, questionando aspectos como os fins da educação e o tipo de homem que se quer formar. Uma teoria pedagógica trata do trabalho pedagógico, formulando “princípios norteadores”. (FREITAS, 1995, p. 93)

A educação tem hoje, um desafio na formação das novas gerações, buscando o resgate de valores humanos essenciais às relações sociais, como elemento importante para o princípio da igualdade de direitos, o respeito às diferenças e às relações democráticas. Neste sentido deve possibilitar a construção de um saber crítico situado historicamente, pois é importante que o aluno tenha visão de totalidade, entenda as relações mais amplas, sem perder, no entanto seus referenciais locais para a análise crítica e a busca de mecanismos de superação dos problemas encontrados na prática social.

Tais elementos permeiam a formação da cidadania, tornando os seres humanos cidadãos capazes de conhecer e atuar na realidade, de desenvolver o pensamento crítico, autonomia intelectual, a sensibilidade, solidariedade e ética com habilidades que façam a diferença no mundo.

O homem é sujeito que constrói e reconstrói a história, elabora e reelabora constantemente seus conhecimentos, mediado pelas relações e interações que estabelece com os outros sujeitos, com o mundo, a cultura e com o meio em que está inserido.

Infelizmente o que se vê hoje é a uma organização curricular fragmentada a mando de interesses de classe, de modo que a classe dominada é preparada para o trabalho, e a classe dominante para dirigir os que trabalham. Como na organização social, em que o saber é propriedade privada pertencente aos que conseguem se manter no interior da escola, expressão da vida humana alienada. Organização que separa teoria e prática, sujeito e objeto. Considerando que a escola foi feita para a classe ociosa, portanto, para quem não trabalha por isso a prática não está nela desde sua origem. (FREITAS, 1995)

De acordo com Freitas (1995) o trabalho na sociedade moderna está dividido em duas categorias: o intelectual e o manual. O intelectual é o que se apropria do conhecimento, fazendo com que se valorize e se acumule o capital. O manual expõe operários a pouca instrução e a trabalhos mecânicos para alimentar o capital, sendo que esta divisão define que organização a escola terá.

O trabalho material refere-se à forma de organização e apropriação do conhecimento que não se restringe ao conteúdo escolar, mas a todas as possibilidades do conhecimento que existem no mundo social, na sociedade em outras palavras. O que se observa é que o trabalho material foi substituído pelo verbalismo do professor, sendo este um amplificador dos interesses da elite. As



classes populares se preparam para o trabalho e a elite para dirigir os que trabalham, portanto, a escola não é voltada para o trabalho material não sendo interessante para a classe dominante. (FREITAS, 1995)

Para o professor é uma situação incômoda, pois o trabalho material foi trocado pelo uso de sua voz. O professor tem consciência de que os alunos não se relacionam da mesma maneira com o saber, assim como o professor se não questionado acaba por não se relacionar da mesma maneira com todos os alunos. Tendendo assim, a prevalecer à relação do professor com o aluno burguês e os interesses dessa classe social, fazendo com que o professor tenha o papel de alienar os alunos do trabalho material favorecendo a elite. (FREITAS, 1995)

Para amenizar essa diferenciação Freitas (1995) sugere que o professor deve estar a serviço de todos, não de uma única classe social, tentando unir teoria e prática pelo menos no que entender, e deve procurar sim compreender bem o que isso quer dizer. Para o equilíbrio de trabalho material e intelectual é preciso uma junção de teoria e prática, exigindo-se para isso interdisciplinaridade. Aplicar a teoria de forma útil, para que seja entendida como produção real, resultado de uma teoria que é socialmente útil na prática. É preciso ter conhecimento do funcionamento da educação. O professor precisa ter domínio de sua área do conhecimento. Sem conhecimento não tem como o indivíduo se humanizar.

O professor tem que mudar este quadro, lecionando de uma forma geral, ajudando os menos favorecidos mais que os outros, afinal nem todos que não conseguem aprender é por falta de interesse. Devemos ter liberdade de selecionar conteúdos que abrace a todos e explicar de forma que todos possam entender. A escola pode trabalhar para diminuir a divisão do trabalho, buscando a gestão democrática, o trabalho coletivo, dando voz e vez aos desfavorecidos em todos os níveis.

A prática pedagógica é uma dimensão da prática social, a qual pressupõe a relação teoria-prática, condição necessária para a sua realização, devendo levar em conta a realidade concreta onde a escola se insere, seu contexto social. Assim, sendo teoria e prática não existe uma sem a outra, e se encontram em indissolúvel unidade, dependendo uma da outra num movimento de influência mútua. (FREITAS, 1995)

O processo de ensino e aprendizagem deve acontecer numa relação que teoria e prática aconteçam numa visão de unidade. O professor, em sua prática

pedagógica, deve considerar a perspectiva reflexiva e crítica, sem descuidar ou desconsiderar os saberes socialmente construídos pelos alunos em suas práticas comunitárias.

O Projeto Político Pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, estabelece através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. O Projeto Político Pedagógico é antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, pais de alunos, e a comunidade como um todo.

A participação popular melhora a qualidade das decisões tomadas e caminha rumo a sua autonomia na área da educação e tem papel fundamental na democratização da gestão escolar. Democratizar a gestão da educação requer fundamentalmente que a sociedade possa participar no processo de formulação e avaliação da política da educação, e na fiscalização de sua execução através de mecanismos institucionais. Esta presença da sociedade materializa-se por meio da incorporação de categorias e grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo e que, normalmente, são excluídas das decisões (pais, alunos, funcionários, professores).

Objetivos e avaliação da escola em sua função social são categorias que se opõem. Objetiva-se alcançar um resultado apontado, uma direção, e tais resultados só poderão ser verificados pela avaliação. A educação possui dois objetivos principais na escola capitalista: o de capacitar para o trabalho, fazendo com que a economia funcione, e a elaboração de métodos para um controle político. Podemos observar que a escola é elitista e seletiva, não sendo para todos. Basta comparar o número de salas do ensino fundamental com do ensino médio onde os caminhos já são determinados: os pobres seguem profissões menos valorizadas, os ricos seguem profissões mais valorizadas social e economicamente. (FREITAS, 1995)

Descritos através do PPP e do currículo os objetivos da escola são alcançados através dos resultados esperados na avaliação. É o resultado da avaliação que permite verificar se os objetivos foram alcançados. A escola capitalista tem uma função social que é seletiva como o objetivo a ser alcançado pela escola, fazendo do saber propriedade privada de uma classe social que consegue permanecer no interior da escola excluindo outras. O par dialético objetivo/avaliação citado por Freitas (1995) se mostra importante por demarcar limites e possibilidades

da escola no presente momento, já que o capitalismo se encontra entre o nível de instrução e as novas formas de exploração da força de trabalho.

Quanto à questão do conteúdo/método também alcança seu fim de beneficiar a classe dominante e o capital. O conteúdo é fragmentado, desvinculado da prática, do trabalho material, que foi substituído pelo trabalho do professor para garantir a hegemonia da classe dominante. Separando assim, teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual, garantindo que a massa populacional seja de operários e a elite os dirigentes dos operários. (FREITAS, 1995)

“Não havendo resistência a escola traduz desigualdades econômicas em educacionais e retraduz tais desigualdades educacionais em desigualdades econômicas” (BOURDIEU e PASSERON apud FREITAS, 1995, p. 96) Ficando claro que na escola capitalista saber é propriedade privada de uma classe social específica que consegue permanecer na escola, precisando tal realidade ser alvo de ataques e questionamentos, inclusive sobre a origem do conhecimento.

No presente momento, a sociedade capitalista vive a divisão do trabalho em manual ou braçal e intelectual, entre os que pensam e os que executam, entre ricos e pobres, entre teoria e prática. Tal divisão faz com que a organização escolar tome a forma da organização social, sendo a expressão da vida humana alienada. Por isso, entender a organização social é tão importante para se lutar contra antagonismos e ingenuidades na organização do trabalho pedagógico.

Essa divisão entre sujeito e objeto e teoria e prática fragmenta a aprendizagem e o ensino, necessitando de um trabalho pedagógico interdisciplinar por meio de um trabalho com valor social que ensine e esclareça a aplicabilidade da teoria.

O que não se fala é que os alunos não se relacionam da mesma maneira com o saber, sendo que a escola não foi feita para os alunos trabalhadores, a menos que se torne um campo de luta e resistência, pois o processo dito ‘natural’ acaba por eliminando os mesmos ao longo do processo. Também os professores, se não forem resistentes, acabam por assumir interesses de classes e se relacionam de forma diferente com os alunos, favorecendo o aluno proprietário e excluindo o aluno trabalhador.

Para que haja uma relação democrática na escola o professor não deve servir a interesses de classe, mas, movido pela sua autoridade e experiência, conduzir a todos pelo trabalho material encontrando-se com o saber socialmente útil.

Com a revolução industrial o trabalho manual do homem é substituído pela força e habilidade da máquina, tendo o homem a função de cuidar da máquina. O trabalho passa a ser fragmentado, parcelado e como a ciência se torna íntima aliada do processo produtivo esta também se fragmenta fazendo do conhecimento algo também fragmentado valorizando algumas funções da ciência mais que outras. Neste processo quem se atrofia são as ciências sociais no método e na prática, isso se deve ao fato das ciências naturais serem mais interdisciplinares que as sociais e terem mais utilidade no processo produtivo.

Mas, o ponto principal é que as ciências sociais produzem um tipo de conhecimento que colocam em risco os interesses da classe dominante e assim é melhor que não se haja interdisciplinaridade entre as ciências para que os produtores dos conhecimentos não se questionem para quem os produz. Sendo assim, podemos acreditar no que afirma Freitas (1995),

Em realidade, acreditamos que somente o socialismo poderá libertar a ciência e desenvolver-lhe seu caráter público, promovendo seu desenvolvimento harmonioso e integrado. (...) No entanto, longe de desacreditar a interdisciplinaridade no atual quadro de desenvolvimento científico, ela deve ser mais uma bandeira de luta. (...) A metodologia integrada deve nascer interdisciplinar, baseada na contribuição dos pesquisadores especializados nos vários conteúdos escolares. (FREITAS, 1995, p.109-110)

Diante da real situação da escola capitalista o aluno está alienado de todos os processos que perpassam a escola não participando “nas decisões importantes em relação aos objetivos, ao conteúdo e a avaliação escolar” (FREITAS, 1995, p.113).

Em suma, a organização do trabalho pedagógico não existe fora da sociedade na qual está inserida por isso serve aos interesses da classe social que se encontra no poder e é nossa responsabilidade lutar contra a dominação e exploração da classe dominante. Sendo que na verdade:

A finalidade da organização do trabalho pedagógico deve ser a produção do conhecimento, por meio do trabalho com valor social; a prática refletindo-se na forma de teoria que é devolvida à prática, num circuito indissociável e interminável de aprimoramento. (FREITAS, 1995, p100)

## CAPITULO IV

### APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa será de caráter qualitativo, pois serão coletados dados de observações, análise de documentos e entrevistas em que, segundo Ludke e André (1986), podem:

Assumir várias formas, destacando-se, principalmente, a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. Ambas vêm ganhando muita aceitação e credibilidade na área da educação, mais precisamente para investigar questões relacionadas com a escola. (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.68)

O estudo contará com a escolha de duas escolas, sendo: uma escola da rede municipal da cidade e outra escola da rede estadual na cidade. Esse critério deve-se ao fato de que há indícios de que existem orientações diferentes das secretarias de educação, aos professores, quanto à forma, tempo e conteúdo do que deve ser ensinado nas escolas nas aulas de educação física.

Com isso, a materialização deste estudo é uma pesquisa do tipo estudo de caso comparativo ou estudo de caso múltiplo, onde se espera, a partir das orientações e diretrizes de cada rede de ensino, identificar os elementos que aproximam e/ou distanciam as experiências docentes nas aulas de educação física, no que concerne ao ensino e ao planejamento das aulas.

O estudo de caso, segundo Ludke e André (1986), visa à descoberta; a interpretação do contexto; a retratação da realidade de forma completa e profunda; usa-se variadas fontes de informações; permite generalizações naturalísticas; revelam experiências vicárias; representa diferentes pontos de vista e tem linguagem mais acessível.

Logo,

A preocupação central ao desenvolver esse tipo de pesquisa é a compreensão de uma instância singular. Isso significa que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada. (Ludke e André, 1986, p. 21).

Como técnica de coletas de dados foram escolhidos: entrevista semi-estruturada; observação estruturada e análise de documentos. Os instrumentos da

pesquisa são os documentos para análise que são o PPP das escolas e o planejamento dos professores, os relatos escritos das observações e o gravador utilizado nas entrevistas.

A partir do pressuposto de que o contexto real fornece informações que atraem o investigador, através da variante de análises preocupou-se em contemplar teorias fundamentais para o processo investigatório.

Assim surge como categoria central – PLANEJAMENTO – que incorpora questões relacionadas à prática pedagógica e a organização do trabalho pedagógico. Surgem também categorias secundárias – EDUCAÇÃO e EDUCAÇÃO FÍSICA – que com tamanha importância em relação à categoria central são extremamente necessárias à compreensão da totalidade. (MOTA JUNYOR, 2007, p.69)

No primeiro contato feito com os professores já veio o convite para assistir suas aulas, nos intervalos das mesmas a entrevista foi realizada, contendo 16 questões sobre a caracterização do trabalho docente, o planejamento pedagógico e o desenrolar das aulas ministradas pelos docentes entrevistados. A escola A é pública estadual e a escola B é pública municipal.

O professor A é do sexo masculino, tem 29 anos, formou-se em 2008 em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás, solteiro, não possui pós-graduação, professor a 3 anos.

O professor B também do sexo masculino, 30 anos, formou-se em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás, casado, pós-graduado em Educação, professor a 6 anos.

#### **4.1 Caracterização do Trabalho Docente**

Primeiramente os professores foram perguntados em entrevista há quanto tempo ministram a disciplina de educação física e em quantas escolas ou turnos trabalham. O professor A ministra a disciplina de educação física a 3 anos como efetivo do estado de Goiás, trabalha em duas escolas nos três turnos, como ele mesmo afirma “trabalho muito, quase não tenho tempo para me divertir”. Já o professor B ministra aulas de educação física a 6 anos, já trabalhou em escolas particulares e atualmente é professor efetivo do município de Goiás e do estado de

Goiás, ministra aulas em três escolas nos três turnos, este afirma “tenho carga horária puxada, trabalhar nos três turnos não é fácil”.

Diante da situação exposta e das observações feitas podemos perceber que os professores entrevistados trabalham com a carga horária máxima sendo muito difícil terem tempo para um planejamento efetivo e coerente. Mas, abro aqui um parêntese, pois os professores embora com carga horária puxada tem janelas em seus horários usando este tempo de forma ociosa. Um planejamento que se preze necessita de tempo para ser pensado, elaborado, escrito. Além disso, os docentes necessitam de tempo para o descanso e o lazer que colabora para a concentração nos seus afazeres profissionais.

Na sequência os docentes foram questionados sobre o que é educação física para eles, o que ela deve ensinar e se adotam alguma metodologia de ensino para suas aulas. O professor A afirma “educação física é movimento, deve ensinar pluralidade de movimento”, quanto à metodologia afirma se identificar com a sugerida pelo Coletivo de Autores (1992) que é a pedagogia crítico superadora também sugerida pelo Estado em sua bimestralização de ensino.

A Secretaria de Educação em Goiás criou o currículo unificado em que sugere para todo o Estado uma bimestralização em Educação Física, neste se indica caminhos a serem seguidos pelos professores em seu planejamento e execução de suas aulas. Argumenta-se que caso o aluno tenha de mudar de cidade não será prejudicado, pois estará estudando o mesmo conteúdo em qualquer escola do Estado de Goiás. Sugere conteúdos a serem trabalhados guiados pela pedagogia proposta pelo Coletivo de Autores (1992), crítico superadora, em que o docente tem autonomia de (re) criar sua prática pedagógica usando de criatividade, bom senso e inclusão superando o tecnicismo e a aptidão física, refletindo sobre sua prática e sobre o conteúdo baseando-se na realidade do aluno.

Neste currículo unificado criou-se um caderno para cada disciplina escolar em cada série do ensino fundamental e médio, no caso da educação física os conteúdos são os mesmos, mas respeitando o processo de ensino aprendizagem do aluno em que se avança de acordo com o que este consegue compreender.

Os cadernos são escritos por professores efetivos da Rede Estadual de Ensino, com formação na área sugerida, que se uniram para produzi-los. Essa leitura conduz à pesquisa para a análise, se os docentes estão seguindo ou não a

direção dada pelo estado ao planejar e executar as aulas, e como isso é importante na prática pedagógica.

Quanto ao que afirma o professor A sabemos que educação física não é só movimento, que a análise crítica do fazer também faz parte do processo do movimento. Pois, se só assim o fosse como ficariam os alunos com deficiência? O Coletivo de Autores (1992, p. 24) fala sobre isso: “cabe-lhe (no caso a escola) formar o cidadão crítico e consciente da realidade social em que vive, para poder nela intervir na direção dos seus interesses de classe”.

Diante das observações feitas e com o conhecimento sobre o currículo unificado percebo que o professor A não valoriza como afirma o movimento, não trabalha com conteúdos inclusivos e não segue as sugestões da secretaria estadual de educação, escolhe aleatoriamente o conteúdo e o executa a sua maneira. O que segundo o Coletivo de Autores (1992) não seria adequado:

Numa perspectiva dialética, os conteúdos teriam de ser apresentados a partir do princípio da simultaneidade, explicando a relação que mantêm entre si para desenvolver a compreensão de que são dados da realidade que não podem ser pensados nem explicados isoladamente. Isso porque o conhecimento não é pensado em etapas. Ele é construído no pensamento de forma espiralada e vai se ampliando. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 21)

O professor B afirma “educação física é esporte e saúde aliada a educação, se afastando das questões políticas”; quanto à metodologia diz que suas aulas são divididas em aulas teóricas, práticas e leituras, e que suas aulas se identificam mais com a perspectiva desenvolvimentista. Sobre tal abordagem Costa (s/d) afirma:

A Educação Física Desenvolvimentista encoraja as características únicas do indivíduo e é baseada na proposição fundamental de que embora o desenvolvimento motor seja relacionado com a idade, ele não é dependente da idade. Como resultado disso, as decisões do professor concernentes ao que ensinar, quando ensinar e como ensinar é baseada primeiramente na adequação da atividade para o indivíduo, e não na adequação da atividade para um determinado grupo etário. (COSTA, s/d ,p.2)

Sobre o desenvolvimento de habilidades reconhecemos que depende de fatores ambientais tais como, local, incentivo e instrução de qualidade tendo implicações vitais para a educação física escolar. Professores que atuam com a educação física devem aprender sobre as características motoras típicas, cognitivas



e afetivas de cada faixa etária. O professor B não se preocupa com as habilidades motoras dos alunos o que ficou claro nas observações, pois os alunos optam por jogar futebol ou voleibol sem nenhuma orientação e correção do professor quanto ao movimento que executam.

Sobre a educação física se afastar das questões políticas Muñoz Palafox (2007) afirma:

A Educação Física é uma prática política ausente de qualquer tipo de neutralidade científica e ideológica. A todo o momento reflete, conscientemente ou não, concepções que simbolicamente foram criadas e estruturadas para sustentar um determinado modelo de sociedade. (PALAFOX, 2007, p. 7)

Os dois professores se contradizem quanto ao que acreditam ser a educação física e sua opção em relação à metodologia adotada. Contrastando o que os professores afirmam com as observações fica claro a distância entre o falar e o fazer, além de não conhecerem bem a abordagem pedagógica que afirmam seguir.

#### **4.2 Planejamento Docente**

Os dois professores (A e B) afirmam que suas aulas são planejadas, assim como consideram de suma importância fazê-lo. No caso do professor A este planejamento coletivo acontece semanalmente e o mesmo possui caderno de planejamento. Ao observar seu caderno de planejamento percebi que o mesmo é contido apenas de tema e metodologia de forma vaga e simplista sem se preocupar em delimitar os objetivos, a forma de avaliação, os materiais utilizados e para quantos alunos tal aula foi planejada. Percebe-se que o professor A não conhece substancialmente sua ferramenta de trabalho e não se utiliza dela para a excelência do mesmo, embora tenha afirmado que a considera muito importante.

O professor B afirma achar importante planejar cada aula, mas quando cobrado para que pudesse ver seu caderno de planejamento o mesmo não se encontrava na escola e não foi cedido para análise. O diretor da escola do professor B afirmou que o mesmo não planeja suas aulas e falta muito ao trabalho sem avisos e justificativas.

É imprescindível que o docente planeje suas aulas, pois sem este as aulas caem na rotinização, no rola bola, no fazer por fazer, sem conhecimento, sem cientificidade. Quando o professor se recusa a planejar ele revela não ter

consciência do que está fazendo, uma vez que o planejamento exige “{...} uma consciência por parte do educador quanto aos objetivos e tarefas que deve cumprir {...}” (LIBÂNEO, 1994, p.17). Complementando, Fusari (1998, p. 45) afirma que “o planejamento deve ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da prática social docente, como um processo de reflexão”.

Os dois professores afirmam em palavras ser o planejamento importante e o negam nas ações, quando nas observações houve imprevisto em suas aulas e no papel nada foi feito de concreto para se tornar verdade o que foi afirmado anteriormente.

Quando questionados se fazem planejamento de suas aulas e de que maneira o fazem o professor A afirmou que “sim e que sua metodologia é escolher um conteúdo por bimestre e planeja sobre ele a pluralidade de exercícios”. Mas, quando observado seu caderno de planejamento este só continha o tema e o conteúdo, superficialmente a metodologia, os objetivos nem nas entrelinhas eram citados, os planos de aula ali contidos eram antigos sendo o último datado da primeira semana de agosto. O professor B também afirmou que planeja sim suas aulas e que sua metodologia é “dividi-las em eixo temático, conteúdo, metodologia e avaliação”. Como citado anteriormente o professor B não tem caderno de planejamento nem na escola, nem em casa, já que não quis cedê-lo. Novamente se encontram discrepâncias no que se afirma e no que se faz advindas dos dois professores.

Na escola do professor A, a prática de planejamento coletivo é semanal, com reuniões fora do horário de aula e com pauta para discussões. O professor B diz que em sua escola não se faz planejamento coletivo e que cada professor faz o seu planejamento em casa e leva para a escola seu caderno. Observa-se aqui que a escola do professor A valoriza o planejamento e ainda assim o docente não lhe dá a devida importância. Já na escola do professor B encontra-se exatamente o contrário, a escola não preza o planejamento coletivo de seus professores dando ao docente brecha para não valorizar o seu planejamento individual, o que não justifica o professor B não organizar o seu trabalho docente.

Quando questionados se acreditam que o planejamento melhora a organização do trabalho pedagógico o professor A afirma “melhora muito o envolvimento dos professores com tudo o que acontece na escola”, e o professor B também concorda dizendo que “melhora em qualquer disciplina”. Mesmo

concordando em suas afirmações que valorizam e acreditam na importância do planejamento para a organização do trabalho pedagógico os professores não o fazem da maneira correta como forma de valorizar o seu trabalho.

O planejamento coletivo é de suma importância para a organização do trabalho pedagógico e defesa de tudo que perpassa a escola, justificando sua importância Silva (2004) afirma:

A participação coletiva no planejamento escolar aliada ao engajamento dos diversos atores da escola pública e da sociedade nas lutas reivindicatórias constituem importantes instrumentos de defesa da escola pública, gratuita e de qualidade para todos. (SILVA, 2004, p. 79)

Os professores (A e B) foram questionados se são ofertados cursos e oficinas de capacitação e formação continuada para eles pela secretaria de educação e se os mesmos buscam capacitação fora da escola. Os dois professores afirmaram que sim, que a secretaria de educação municipal e estadual oferecem cursos de capacitação aos docentes, mas que os mesmos não condizem com a realidade da escola e que buscam se capacitar por conta própria. O professor A afirma ser “necessário primeiramente padronizar as escolas”, já o professor B afirma que “os cursos oferecidos pelo município são gratuitos e contemplam as necessidades da educação infantil e não do ensino fundamental segunda fase”.

### **4.3 Prática Pedagógica**

Os docentes também foram questionados sobre o que ensinam em suas aulas de educação física e quais recursos didáticos e materiais pedagógicos utilizam. Os dois professores afirmam ensinar os fundamentos de futebol, handebol, voleibol, jogos de tabuleiro e dança. O professor A também afirma ensinar “tênis de mesa, capoeira, parte teórica de lutas e lêm pakuor, embora este último cause certo tumulto e barulho e a secretaria da escola fique brava”. Já o professor B afirma também ensinar “basquetebol e atletismo, apesar de não ter bola de basquete faço com outra, uma grande que o governo dá para as crianças no final do ano”.

Aqui se pode observar que mesmo com poucos recursos é possível se ter aulas criativas com conhecimento a ser passado aos alunos, mas observei aulas desanimadas e repetitivas.

Listando os recursos e materiais o professor A cita “campo de terra, mesa de tênis de mesa, textos, filmes, quadro, data show, raquete, bolas, rede, badminton, squash, percussão, colchonetes, arcos, instrumentos de capoeira, xadrez, dominó e dama, e como pode se ver o material é pouco. Ainda bem os que alunos também o são”. O professor B lista uma quantidade bem inferior de recursos e materiais como “filmes, textos, quadro, livro, campo de terra, 2 bolas, uma rede, xadrez, dama e dominó, pois o material aqui é muito escasso”. Os recursos e os materiais são poucos em quantidade e variedade nas duas escolas, o que não justifica aulas sem qualidade em que não se produz e se incita o conhecimento.

Como educadores sabemos a situação real das escolas públicas em Goiás, assim como a escassez de recursos, mas isso não pode nos impedir de lecionar aulas criativas, bem elaboradas e recheadas de conhecimento. Os materiais podem ser confeccionados pelos alunos para algumas atividades, não podendo esquecer-se dos recursos do PDE em que numa gestão democrática são pedidos materiais necessários para cada disciplina e para a escola em decisões tomadas pelo coletivo em reuniões periódicas.

Quanto ao principal objetivo das aulas de educação física na escola o professor A diz que são a “consciência corporal, liberdade corporal, vivenciar o mundo através do corpo”. O professor B diz que objetiva “ensinar o esporte e concepções de saúde”.

Os objetivos da educação física devem ser sempre, primeiramente, a aprendizagem do aluno em relação aos limites e possibilidades do seu corpo, e sobre o assunto Soares (1998, p.11) afirma:

A contribuição da educação física será a de colocar os alunos diante desse patrimônio da humanidade que tem sido chamado por alguns de ‘cultura física’ (Betti, 1991), ‘cultura de movimento’ (Bracht, 1989) ou ‘cultura corporal’ (Soares, Taffarel, Varjal, Castellani Filho, Escobar e Bracht, 1992).

Não deixando de lembrar que toda essa cultura deve ser criticamente analisada em todas as suas faces durante sua prática. Nas observações conclui que tais análises não são feitas nas aulas de nenhum dos professores, já que afirmam se fixarem sobre a consciência corporal, o esporte e a saúde. Esses elementos exigem dos educadores uma postura de análise crítica, de debates, observações sobre a realidade, correção de movimentos e justificar cada conteúdo abordado.

O objetivo do PPP da escola presente nas aulas de educação física do professor A são os “jogos por meio de convivência e interação”, sendo que o mesmo não lembra o que escreveu no currículo de sua disciplina integrada ao PPP da escola. Tendo acesso ao PPP dessa escola se consta o objetivo de tal disciplina para aquela unidade.

Os conteúdos/conceitos privilegiados para o ensino da Educação Física foram os jogos, a dança, a ginástica, o esporte, as lutas e os conhecimentos sobre o corpo humano. A Educação Física, compreendida na perspectiva da formação humana para a emancipação, envolve uma busca permanente pela disciplina e pelo conhecimento no sentido de desenvolver nos estudantes a consciência dos direitos e deveres, de fazer, respeitar, defender a dignidade, a justiça, a participação na construção das regras e normas da escola. Significa manter uma relação constante de diálogo entre os saberes da Educação Física, os problemas da vida e os fenômenos socioculturais. (PPP, ESCOLA DO PROFESSOR A, 2013)

Podemos observar com essa citação que a escola do professor A possui objetivos claros e precisos sobre o que deve ser a educação física escolar, nessa ênfase percebe-se que tem como foco a formação para a vida, o que sem dúvida deve ser objetivo da educação física escolar.

Assim como o professor A, o professor B não se lembra exatamente o que tem escrito no PPP de sua escola, visto que o mesmo não foi revisado coletivamente este ano, mas acredita ser “o trabalho do movimento, do corpo, das possibilidades que o corpo pode oferecer, sem mitos de corpo saudável”. Não tive acesso ao PPP da escola do professor B, pois argumentou-se que está em reformulação e nem mesmo uma cópia do antigo estaria acessível já que quem está reformulando-o não é a escola mas a Secretaria de Educação Municipal. Quanto a isso concluo com as palavras de Veiga (2002):

A construção do projeto político pedagógico é um instrumento de luta, é uma forma de contrapor-se à fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização, à dependência e aos efeitos negativos do poder autoritário e centralizador dos órgãos da administração central. (VEIGA, 2002, p.5)

Os objetivos descritos pelo professor B são precisos e condizem com o que a educação física deve ser na escola, quando diz “sem mitos de corpo saudável” também chama a atenção já que a preocupação com o corpo é tão requerida atualmente, tornando o indivíduo escravo da moda capitalista, embora não se tenha observado nenhum diálogo neste sentido entre os docentes entrevistados.

Os docentes também foram perguntados se avaliam seus alunos e quais instrumentos são usados. Os professores (A e B) afirmam que procuram avaliar seus alunos com provas práticas e teóricas, pesquisas e apresentações. O professor A afirma “depende do conteúdo aplicado, mas sempre tem uma prova prática e teórica, trabalhos de pesquisa em grupos e apresentações. No mês de junho eles fizeram apresentação de dança”. O professor B cita a forma como avalia seus alunos do município “sempre ao final do bimestre tenho notas de avaliação contínua pela participação, trabalhos de pesquisa, apresentação de coreografias e prova escrita”.

Os dois professores têm várias formas de avaliar seus alunos e tal fato torna as aulas mais ricas em conhecimento a ser produzido. Sobre o assunto o Coletivo de Autores (1992) afirma: “A avaliação deve servir para indicar o grau de aproximação ou afastamento do eixo curricular fundamental, norteador do projeto pedagógico que se materializa nas aprendizagens dos alunos.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 81)

Para finalizar a entrevista os professores fizeram uma crítica e uma sugestão. O professor A critica “falta remuneração adequada aos professores , e até mesmo o próprio coordenador de esportes da regional estadual não é formado em educação física, e assim não tendo capacitação para tal função. Sem falar na estrutura inexistente para a prática esportiva e brincadeiras”, e sugere quadra coberta em todas as escolas, “todas as escolas deveriam ter quadra coberta para não atrapalhar as outras salas e os alunos terem liberdade em suas ações, além de poderem aprender melhor os esportes”.

O professor B elogia a escola onde trabalha por ter acrescentado uma aula a mais em cada turma, totalizando duas aulas semanais, “a direção da escola tirou uma aula de artes, que eram duas, e acrescentou uma aula a mais de educação física para mim. Isso foi muito bom”. Critica a falta de interesse em relação ao material e espaço físico que inexistente, “como você pode ver não temos material de qualidade nem em quantidade suficiente. São muitos alunos e o sol é muito forte”. Sugere mais uma aula de educação física por turma passando a serem três aulas, um espaço físico coberto, material variado e em maior quantidade, uniformes para a prática e vestiários para que os alunos tomem banho.

A luta dos profissionais em educação é antiga e constante, infelizmente essa classe de profissionais não é unida e acabam por entrar em brigas político partidárias mais do que em defesa dos educadores. Assim como é geral a crítica em

relação ao material e espaço físico, que em grande parte do país é precário em escolas públicas, para resolver tais problemas precisamos de políticas públicas que funcionem efetivamente e parcerias público privadas, além é claro do interesse das gestões democráticas de reivindicarem seus direitos.

As sugestões somadas dos dois professores entrevistados sugerem o modelo americano, mas neste caso trata-se de um país que valoriza a educação física a tal ponto que os atletas escolares entram mais facilmente nas universidades. Mas este não é o objetivo da educação física escolar, não é ou pelo menos não deveria ser objetivo central do professor formar atletas, e sim cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. É nítido que o espaço físico, uniformes, materiais, armários ajudem e muito para uma prática efetiva além de estimular os alunos a participarem das aulas, mas é necessário uma formação que supere a escassez de recursos e materiais e produza aulas em que os alunos adquiram conhecimento para a vida.

## CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A realidade educacional é um ambiente cheio de conflitos, contradições, indecisões, incertezas, limites, ao mesmo tempo em que também está repleto de possibilidades. Todos sabem do sucateamento das escolas públicas, falta materiais, recursos, espaço adequado, qualificação e valorização dos profissionais em educação.

Todos estes fatos não tornam o trabalho docente inviável e muito menos impossível, assim como existem limites também existem possibilidades quando se planeja e se é criativo e interessado. Nada substitui o planejamento do professor e o mesmo não pode estar apenas no papel precisa está na prática pedagógica, como afirma Duckur (2003):

A possibilidade de mudanças ocorre, de fato, no trato com o conhecimento, no entanto, aqui ressaltamos que é muito fácil fazermos um discurso, sobretudo se já estiver elaborado. Mas, no momento da prática, nem sempre nossas ações são condizentes com as nossas intenções. Portanto, para além do discurso, o método ou o trato com o conhecimento no decorrer do processo de ensino e aprendizagem é que podem fazer a diferença. (DUCKUR, 2003, p.81)

É preciso, pois lançar nosso olhar em direção aos meios de aprendizagem, aos recursos pedagógicos, as formas como o conteúdo é tratado na sala de aula tentando estabelecer nexos entre essas práticas e o discurso professado. (DUCKUR, 2003, p.41)

O planejamento é imprescindível para a organização do trabalho pedagógico, dentro desse planejamento feito particularmente para cada turma é necessário estar claro qual concepção pedagógica está baseada aquela aula, pois não se pode negar que o planejamento é um ato político em que se deixa explícito uma concepção de educação, de visão de mundo, de educação física e de sociedade. Uma prática consistente precisa está sustentada por uma concepção consistente, pois sem ela a prática se torna frágil e sem fundamento. (MOTA JUNYOR, 2007) Sobre o assunto Luckesi (1994) deixa claro que: “não há como atingir os fins colimados pela prática educativa intencional sem que sejam definidos os resultados esperados, assim como aos meios e procedimentos necessário ao seu atendimento”, (p. 88)

No final dos anos 80 e 90 houve o desenvolvimento de novas propostas que superasse a aptidão física e promovesse a melhoria da qualidade de vida, a



formação do cidadão e o alcance da consciência crítica. Observa-se que a concepção de aptidão física como sinônimo de saúde e educação física ainda se encontra impregnada nas aulas de educação física na escola resumindo-a a brincadeiras com bola, sem tecnicismo, sem conhecimento, sem reflexão sobre o que se está fazendo.

Os docentes se esquecem que os alunos não são ignorantes, nem devem ser considerados tolos, eles não gostam de coisas muito óbvias e fáceis. O trabalho na sala de aula precisa abrir-se para uma pluralidade de métodos e de linguagens, visando a favorecer ao aluno a aquisição de processos variados de construção de conhecimento, de comunicação e de expressão. As aulas observadas são pobres em conhecimento transmitido, o que é passado aos alunos não lhe é explicado pra quê tal conteúdo serve em sua vida prática, os professores não tem ensinado para a vida.

As respostas dadas na entrevista quanto ao planejamento e os objetivos da educação física não condizem com a prática dos professores em sala de aula foi o que pude constatar na observação das aulas, as ações não condizem com as intenções, para além do discurso a prática e a forma como o docente trata com o conhecimento é de extrema importância. Os docentes não planejam suas aulas e não se importam com a disciplina que lecionam, preferem o rola bola, o fazer por fazer, não existe diálogo com troca de conhecimentos e ficar em sala de aula é como um castigo para a turma que não se comporta fora da sala dela.

O tempo também se torna um agravante, o fato dos professores observados trabalharem em mais de uma escola nos três turnos torna inviável um planejamento que se preze e se efetive, é difícil planejar trabalhando tanto, mas não posso deixar de citar que mesmo trabalhando nos três turnos os dois professores têm janelas entre suas aulas em que eles não fazem nada, porque então não usar tal tempo ocioso na escola para planejar? O sonho de todo professor é trabalhar com uma carga horária média e ganhar pela carga horária máxima, mas por enquanto é só uma utopia.

Os docentes não seguem a metodologia de ensino que afirmam, parecem nem mesmo conhecê-la já que suas ações dentro e fora da sala de aula não condizem com a realidade das propostas.

Quanto às concepções Mota Junyor (2007, p. 84) afirma que “o que sustenta as práticas são as concepções que os professores carregam o que dá indícios para se afirmar que uma concepção de planejamento frágil tende a desencadear uma proposta de ensino inconsistente e também frágil”.

Referindo-se ao que ensinam em suas aulas e o objetivo das mesmas também não foi visto na prática observada, com a falta de materiais e espaço físico disponível parte do que listaram se torna inviável mesmo com adaptações, já que os próprios docentes nem se quer tem o trabalho de planejar, a criatividade não é algo que simplesmente surge sem se gastar tempo com isso.

O planejamento coletivo necessita ser repensado e adotado como que uma prática diária de forma mais efetiva, discutindo coletivamente as demandas do processo de ensino que são frequentes. No coletivo pode-se tentar suprimir as fragilidades em momentos de pesquisa e troca de experiências melhorando consideravelmente a organização do trabalho pedagógico em todas as disciplinas de ensino.

Não se pode deixar de evidenciar a necessidade de que o processo de formação inicial dos docentes seja revisto de forma a dar mais ênfase nas questões que envolvem o PPP, o currículo e principalmente o planejamento de ensino e de cada aula diferentemente para cada turma em que o professor leciona.

A classe trabalhadora em educação necessita ser estimulada de tal forma que possa buscar por sua auto formação, por seus deveres como profissional, claro que isso tem a ver com a valorização de seu trabalho que vai desde suas condições na escola para que se efetive de forma coerente e consistente à condição salarial que precisa de melhorias consideráveis.

Este trabalho não se encerra aqui, a expectativa é que o mesmo incite provocações para que venham somar a perspectiva de qualificação do ensino em educação física escolar, que seja repensado os cursos de formação, a carga horária profissional e o planejamento como parte imprescindível da prática docente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Carlos Manuel de Souza. Processo ensino-aprendizagem: caracterização do professor eficaz. **Revista Millenium** 39:55-71, dez. 2010.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. O Estado, a política e a regulação do setor educacional do Brasil: uma abordagem histórica. In: Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Marcia Ângela da S. Aguiar (Orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRACHT, Valter. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. 2ª ed., Campinas: Autores Associados, 2005.

CAPARROZ, Francisco Eduardo; BRACHT, Valter. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. In: **Revista Brasileira Ciência do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 28, n. 2, julho 2007.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Aderson Dalla. **Educação Física Escolar: uma abordagem desenvolvimentista**. Curitiba: PR, 2008. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2008\\_unioeste\\_edfis\\_artigo\\_aderson\\_dalla\\_costa.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2008_unioeste_edfis_artigo_aderson_dalla_costa.pdf); Acesso em: Setembro, 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Edição 20<sup>a</sup>, Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CUSTÓDIO, Francisco de Assis Cordeiro. **Projeto Político Pedagógico e o Professor:** mediações na perspectiva de uma educação transformadora. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_francisco\\_assis\\_cordeiro\\_custodio.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_francisco_assis_cordeiro_custodio.pdf), Acesso em: Agosto de 2013.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento:** metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DUCKUR, Lusirene Costa Bezerra. **Em busca da formação de indivíduos autônomos nas aulas de educação física.** Campinas, SP: 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000297141>>. Acesso em: Agosto de 2013.

FIGUEIREDO et al, Zenólia Christina. Educação Física, ser professor e profissão docente em questão. **Revista Pensar a Prática** 11/2, maio/ago. 2008.

FREITAS, Luís Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995.

FUSARI, José Cerchi. **O Planejamento do Trabalho Pedagógico: Algumas Indagações e Tentativas de Respostas.** São Paulo: FDE, 1998.

GEPEF, Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, UFSM. **A coordenação pedagógica e o professor de educação física:** perspectivas para suas relações em uma escola reflexiva. Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2008.

GOIÁS. Secretaria de Educação – SEE. **Educação Física: cultura e formação humana para a emancipação.** In: Currículo em Debate: Matrizes Curriculares. Caderno 5. Goiânia: SEE-GO, 2013.

GALVÃO, Zenaide. Educação Física Escolar: A prática do bom professor. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – Ano I, número I, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo**: currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOTA JUNYOR, Jorge Luiz Rodrigues. **Planejamento**: um olhar sobre as concepções de professores de educação física de escolas municipais em Goiânia. Trabalho de conclusão de curso em licenciatura em Educação Física, UEG-ESEFFEGO, Goiânia, 2007.

MOURA, Sérgio de Almeida. **A Educação, a Educação Física e a Escola**: limites e possibilidades. Elaborado para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II do curso de Licenciatura em Educação Física UAB-II julho 2012.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **A reestruturação do trabalho docente**: precarização e flexibilização. *Edu. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

----- **Trabalho docente e qualidade da educação**: tradições e contradições, 2007. Disponível em: [www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/96.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/96.pdf), Acesso em: Agosto de 2013.

PALAFIX, Gabriel Humberto Muñoz, et alii. **Educação Física escolar: conceito e fundamentos filosófico-pedagógicos para o PCTP/EF**, 2007. Disponível em:

<<http://www.nepecc.faefi.ufu.br/PDF/321conceitoef.pdf>>. Acesso em Agosto de 2013.

PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. Planejamento Coletivo do Trabalho Pedagógico da Educação Física – PCTP/EF Como Sistemática de Formação Continuada de Professores: A Experiência de Uberlândia. **Revista Movimento** V.10, número 1 de janeiro – abril de 2004. Disponível em: <[www.faefi.ufu.br/nepecc/arquivos/artpctp.pdf](http://www.faefi.ufu.br/nepecc/arquivos/artpctp.pdf)> Acesso em: Agosto de 2013.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Significados e Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Série Idéias n. 15. São Paulo: FDE, 1992.

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. **As Políticas Educacionais e a Reforma do Estado no Brasil**. Dissertação de pós-graduação em Ciências Políticas na UFF/Niterói: 2010.

SILVA, Hugo Leonardo da. Planejamento escolar e legitimidade da educação física após a regulamentação da profissão: profissional – indivíduo ou professor de categoria? *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*-2004, 3(3):77-88. Disp. em: <http://www.mackenzie.br/editoramackenzie/revistas/edfisica/edfis3n3.htm> acesso em: Agosto de 2013.

SILVA, Maria Cecília de Paula. Educar para superar: uma reflexão sobre a educação física escolar. **Pensar a Prática** 7/2; 205-220 julho/dezembro 2004.

SOUZA JUNIOR, Marcílio. **A Prática Pedagógica em Educação Física nos Tempos e Espaços Sociais**. Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte Caxambu, 2001.

SOUZA-PETINELLI, Susane. Análise da Interface Subjetividade e Competências no campo do trabalho. Dissertação de pós-graduação da UFES em Vitória: 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas-SP, Papyrus, 2002.

----- Resende, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). Escola: Espaço do Projeto Político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ZABALZA, Miguel Angel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre, RS: ARTMED, 1998.

## ANEXO I



**Projeto de Pesquisa:** A organização do trabalho pedagógico em Educação Física: um olhar panorâmico pelos rincões goianos a partir das cidades-polo da EAD da FEF/UFG.

Prof. Coordenador da Pesquisa: Sérgio de Almeida Moura

**Roteiro de Entrevista Semi-Estruturado aos Professores de Educação Física**

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino Idade: \_\_\_\_\_

Formação superior: \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

Especialização: \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

**Caracterização do trabalho docente:**

- 1) Há quanto tempo você ministra a disciplina Educação Física?
- 2) Você trabalha em quantas escolas ou turnos?
- 3) Para você, o que é educação física e o que ela deve ensinar?
- 4) Você adota alguma metodologia de ensino para as suas aulas? Se sim, qual?

Se não, porque não?

**Sobre o planejamento pedagógico das aulas:**

- 5) Suas aulas são planejadas? Se sim, de que maneira? Se não, porque não?
- 6) Na escola onde você trabalha há a prática de planejamento coletivo?

Descreva.

7) Você acredita que o planejamento melhora a organização do trabalho pedagógico?

8) Existe a oferta de cursos ou oficinas pedagógicas pela secretaria de educação para melhoria da capacitação do trabalho docente?

9) E você busca uma formação continuada fora da escola ou secretaria?

**Sobre as aulas de educação física:**



- 10) Quais recursos didáticos e materiais pedagógicos você utiliza para suas aulas?
- 11) O que você ensina em suas aulas de educação física?
- 12) Qual é o principal objetivo das aulas de educação física na sua escola?
- 13) Existe algum objetivo do PPP que é presente nas aulas de educação física?
- 14) Como acontece a avaliação da educação física e quais instrumentos são usados?
- 15) Existe alguma crítica que você queria fazer, tendo em vista a melhoria da educação física na escola?
- 16) Qual ou quais as suas sugestões para a melhoria das aulas de educação física?